

Ata da 17ª reunião da Comissão de Trabalhadores da Universidade do Algarve com a Reitora

Ao trigésimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezasseis horas e vinte minutos, reuniu a Comissão de Trabalhadores da Universidade do Algarve (CTUAlg) com a Reitora da Universidade do Algarve, Prof.ª Doutora Alexandra Teodósio. Estiveram presentes os membros da CTUAlg: Pedro Martins, Rosa Castro, Rosário Lopes, José Bragança, Rui Duarte e Isabel Duarte, Vice-Reitor António Fragoso, Diretora do Serviços de Recursos Humanos, Dra. Maria Carlos, bem como a Reitora da Universidade do Algarve.

Ordem de trabalhos:

- 1.- Aprovação da ata da última reunião;
- 2.- Análise do Balanço Social 2025;
- 3.- Informação relativa aos procedimentos concursais a decorrer / previstos;
- 4.- Eventual aplicação da opção gestionária no âmbito do SIADAP 2026;
- 5.- Informação relativa à Implementação e procedimentos SIADAP 2026;
- 6.- Informação relativa a reclassificações por mobilidade intercarreiras;
- 7.- Formação / Utilização de ferramentas de inteligência artificial no âmbito das atividades de gestão administrativa e serviços;
- 8.- Análise dos constrangimentos existentes no âmbito da atividade do SRH;
- 9.- Outros assuntos.

- 1.- A ata da última reunião foi aprovada por unanimidade.
- 2.- No âmbito deste ponto, a colega Isabel Duarte procedeu à apresentação do Balanço Social 2025, recorrendo à aplicação por si desenvolvida, o que permitiu uma análise mais estruturada e visual do documento. Da análise efetuada, foram destacados alguns aspetos considerados relevantes e merecedores de reflexão e eventual intervenção. Em primeiro lugar, foi salientada a estrutura etária dos trabalhadores, a qual evidencia uma pirâmide etária invertida, com reduzida presença de trabalhadores mais jovens e uma

concentração significativa na faixa etária compreendida entre os 50 e os 60 anos, suscitando preocupações ao nível da renovação geracional. Foi ainda referido que a maioria dos trabalhadores é do sexo feminino, correspondendo a cerca de 57% do total, dado considerado relevante para a caracterização global da instituição. No que respeita à tipologia contratual, verificou-se uma proporção equivalente entre trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e trabalhadores com contrato a termo resolutivo certo, situação que poderá indiciar um elevado nível de precarização laboral. Assinalou-se igualmente a existência de um número significativo de procedimentos concursais em curso, o que poderá refletir alguma morosidade nos processos de recrutamento e seleção, apontando-se a necessidade de maior eficiência, nomeadamente através da automatização de procedimentos e do eventual reforço de recursos humanos. Foi também referido o número expressivo de contratos com remunerações até 500 euros, maioritariamente associados a docentes convidados em regime parcial, situação que poderá traduzir um recurso frequente a esta figura para suprir necessidades pedagógicas de carácter permanente. Relativamente à formação externa, foi manifestado o entendimento de que os dados apresentados não refletem integralmente a participação efetiva de docentes e investigadores, considerando-se desejável promover uma maior sensibilização para o correto e completo reporte desta informação. Por último, foi salientado o reduzido número de trabalhadores sindicalizados, em consonância com a tendência verificada a nível nacional. Atenta a análise do Balanço Social 2025, a Comissão de Trabalhadores considera pertinente recomendar à Reitoria a adoção de medidas que promovam a renovação geracional, a redução da precariedade laboral, a agilização e otimização dos processos de recrutamento e seleção, a monitorização do recurso a docentes convidados em regime parcial e a melhoria dos mecanismos de recolha e reporte da informação relativa à formação externa.

3.- No âmbito deste ponto, a Diretora dos Serviços de Recursos Humanos esclareceu que a morosidade dos procedimentos concursais se deve, essencialmente, ao elevado número de concursos de promoção de docentes em curso, os quais envolvem a análise de um volume significativo de documentação. Foi referido que estes procedimentos se encontram em diferentes fases, nomeadamente na constituição e autorização de júris,

1. H. B. P.
Ass. C. A.
J.
P.
R. B. P.

na publicação dos editais e na apreciação de reclamações, tendo sido igualmente informado que o Senhor Administrador já se encontra a par da situação. Foi ainda registada a disponibilidade manifestada pela colega Isabel Duarte para colaborar no desenvolvimento de uma plataforma de apoio à análise de dados, eventualmente com o envolvimento de estudantes de doutoramento, com o objetivo de contribuir para a otimização dos processos.

4.- No que respeita à eventual aplicação da opção gestionária no âmbito do SIADAP 2026, foi solicitada à Diretora dos Serviços de Recursos Humanos a disponibilização de uma listagem dos trabalhadores que possam vir a ser abrangidos, designadamente os Assistentes Operacionais e os Assistentes Técnicos que, em resultado das avaliações efetuadas no âmbito do SIADAP, não têm registado alteração do respetivo posicionamento remuneratório.

5.- Segundo informação prestada pela Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, encontram-se já a ser rececionadas as fichas de avaliação e a proceder-se à validação dos objetivos, no âmbito do processo de avaliação do desempenho SIADAP referente a 2026.

6.- A Comissão de Trabalhadores solicitou formalmente aos Serviços de Recursos Humanos a prestação de informação relativa aos processos de reclassificação por mobilidade intercarreiras, designadamente sobre o número de trabalhadores que se encontram atualmente nessa situação.

7.- Foi abordada a utilização de ferramentas de inteligência artificial no âmbito das atividades de gestão administrativa e dos serviços, tendo sido salientado o seu potencial contributo para a melhoria da eficiência e da organização do trabalho. Foi igualmente destacada a importância de assegurar formação adequada aos trabalhadores e de garantir que a utilização destas ferramentas respeita o enquadramento legal aplicável e os direitos laborais, devendo ser encaradas como instrumentos de apoio às funções desempenhadas. Neste contexto, a Comissão de Trabalhadores recomenda aos Serviços de Recursos Humanos a promoção de ações de formação específicas sobre a utilização de ferramentas de inteligência artificial, bem como a definição de orientações claras quanto à sua aplicação no contexto laboral.

8.- No âmbito deste ponto, procedeu-se à análise dos constrangimentos existentes na atividade dos Serviços de Recursos Humanos, tendo sido destacados o insuficiente número de recursos humanos face ao volume e complexidade dos processos em curso e a consequente morosidade de alguns procedimentos administrativos. Foi igualmente assinalada a necessidade de reforço de meios, bem como de maior automatização e modernização dos sistemas de gestão de recursos humanos, com vista à melhoria da eficiência e da qualidade do serviço prestado.

9.- No que respeita à participação da instituição para o seguro de saúde complementar à ADSE, foi referido que a entidade empregadora pública não pode financiar seguros privados de saúde para trabalhadores, sob pena de violação do princípio da legalidade e da igualdade; pode, no entanto, divulgar informação ou estabelecer protocolos não exclusivos, desde que sem encargos para o erário público e sem discriminação entre trabalhadores. A subscrição de seguros de saúde complementares à ADSE por trabalhadores da Função Pública é legal, não existindo qualquer impedimento à sua acumulação. A legislação aplicável à ADSE não consagra exclusividade na proteção da doença, permitindo aos beneficiários recorrer a seguros privados ou mutualistas de natureza complementar, suportados exclusivamente pelo trabalhador e sem substituição do regime da ADSE. Atendendo ao adiantado da hora e ao facto de a Senhora Reitora ter outro compromisso agendado, não houve lugar à apreciação de outros assuntos, dando-se por concluída a reunião.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 18h55.

Faro, 30 de abril de 2026



Alexandra Teodósio (Reitora)



Pedro Martins



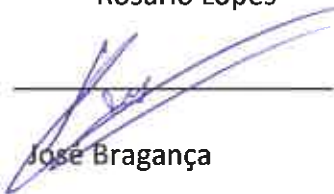
Rosa Castro



Rosário Lopes



Isabel Duarte



José Bragança



Rui Duarte